



## PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

### NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. Alguns órgãos de comunicação social referiram-se recentemente ao processo conhecido como "caso Saleiro", noticiando o seu arquivamento.
2. Trata-se de um arquivamento nos termos do nº 2 do artigo 277º do Código de Processo Penal o que significa que os autos passaram a aguardar a produção de melhor prova. O estado actual do processo explica-se não só face à posição assumida pelo magistrado titular, como pelo facto de não terem sido accionados por nenhum cidadão os mecanismos processuais que a lei prevê para reagir contra o despacho em questão.
3. Reafirma-se que a magistratura do Ministério Público se não confunde com a figura do Procurador-Geral da República, e que este não pode nem deve substituir-se aos magistrados competentes nas respectivas decisões. Tal não impede que, no caso específico em apreço, o Procurador-Geral da República tenha solicitado a remessa do processo para análise pelo seu Gabinete providenciando ainda para que, face ao teor da notícia, o magistrado titular do processo lhe pudesse prestar os esclarecimentos que achasse pertinentes.

Lisboa, 10 de Janeiro de 2001

A Assessora de Imprensa

Sara Pina